



## **Jornalistas e fontes nas entrevistas coletivas da operação Lava Jato: movimentos regulares**

(salvar este arquivo em .doc)

**Manoel Moabis Pereira dos Anjos** <sup>1</sup>.

Doutorando pela Unisinos e Professor Colaborador pela UEPG.

**Resumo:** O texto tem como interesse os movimentos midiáticos realizados pelos coordenadores da Operação Lava Jato de Curitiba. As considerações apresentadas estão baseadas nas coletivas de imprensa promovidas pela Superintendência Regional de Polícia federal de Curitiba e disponibilizadas em seu canal do YouTube. A partir dos movimentos regulares realizados pelos atores que participaram das coletivas de imprensa busca-se em um objetivo mais amplo de pesquisa identificar um “padrão” nas práticas das fontes e dos jornalistas em ambientes de entrevistas coletivas. O recorte temporal da análise vai de 17/ de março de 2014 à 27 de julho de 2017 abrangendo 52 fases da Operação.

**Palavras-chave:** jornalismo; fontes; entrevista jornalística; coletiva de imprensa; lava Jato.

### **1. Introdução**

As fontes representam uma das formas que o jornalista encontra de acessar a realidade social. O contato produz uma complexa estrutura que se molda a partir da relação cotidiana entre esses atores (Fontes e Jornalistas). Este contato, na maioria dos casos, é

---

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio do Sinos (Unisinos). Professor colaborador da Universidade Estadual de Ponta Grossa/PR (UEPG). Mestre em Jornalismo pela UEPG e Jornalista. E-mail: [manoelmoabis@hotmail.com](mailto:manoelmoabis@hotmail.com)

efetivado em entrevistas, que acontece quando o saber da fonte é convocado pelo jornalista para explicar eventos ou fatos sociais com interesse jornalístico.

Entendendo esta mediação como um elemento importante na definição da notícia, o presente estudo considera um tipo específico de entrevista, as coletivas de imprensa, para compreender as regras que cercam a relação fonte/ jornalista.

O texto que segue tem como foco as entrevistas coletivas realizadas pelos agentes públicos (policiais federais, procuradores da república e auditores fiscais) durante as 52 fases da operação Lava Jato de Curitiba<sup>2</sup>. A intenção é apresentar alguns dos movimentos regulares utilizados pelos integrantes para dar visibilidade à operação e também como os jornalistas participaram jornalisticamente destas coletivas.

Trata-se de um texto exploratório, que faz parte de um esforço maior que busca identificar os protocolos de ação das fontes e dos jornalistas em ambientes de coletiva de imprensa. Parte-se do princípio de que a cotidianidade do relacionamento entre jornalismo e outras instituições sociais (local onde estão as fontes) cria uma relação complexa que envolve uma disputa de interesses, que age sobre a notícia de forma decisiva.

Para o artigo, foram considerados os vídeos das entrevistas coletivas sobre a Operação Lava Jato disponíveis no canal do Youtube<sup>3</sup> da Superintendência Regional de Polícia Federal de Curitiba. (<https://www.youtube.com/channel/UCbNpLdjqDg-Ho0h1qZuphjA>). O percurso temporal do acompanhamento vai desde o dia 17/03/2014 (data da primeira fase da operação) até o dia 27/07/2018 (data da 52ª fase).

## **2. A Lava Jato de Curitiba**

A Operação Lava Jato envolve um conjunto de investigação realizado de forma conjunta entre Polícia Federal, Ministério Público Federal e Receita Federal. O nome da operação deve-se ao uso de um posto de combustível e de uma lavanderia supostamente ligados à movimentação de dinheiro ilícito que foram investigados durante a primeira fase da operação.

De acordo com o Ministério Público Federal, até 17 julho de 2018, a Operação acumulou 1.765 procedimentos instaurados, 962 mandados de busca e apreensão reali-

---

<sup>2</sup> A Operação Lava Jato também se desenvolve nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, porém o recorte apresentado neste texto está relacionado apenas aos eventos realizados na Capital Paranaense.

<sup>3</sup> Plataforma de vídeos utilizada para distribuição de materiais audiovisuais

zados, 227 mandados de condução coercitiva cumpridos, 115 mandados de prisões preventivas, 121 prisões temporárias e 6 prisões em flagrante. Foram realizadas 77 acusações criminais contra 328 pessoas por crimes de corrupção, crimes contra o sistema financeiro internacional, tráfico transnacional de drogas, formação de organização criminosa e lavagem de ativos<sup>4</sup>.

A integração da Operação envolve três instituições: Polícia Federal, Ministério Público Federal e Receita Federal. De forma geral, a Operação funciona da seguinte maneira: Inicialmente a Polícia Federal conduz a investigação pedindo o monitoramento de conversas dos investigados e possibilita operacionalmente as buscas, apreensões e prisões além de colher o depoimento dos investigados. Em seguida, os procuradores da República que atuam no caso analisam as provas e relatórios produzidos pela Polícia e apresentam ou não as denúncias contra os investigados. A Receita federal colabora no trabalho de embasamento de informações ao longo do inquérito.

### **3. Sobre fontes e jornalistas**

As fontes são sempre interessadas, produzem e favorecem acesso aos fatos sociais (GOMIS, 1991; MARTINI; LUCHESSI, 2004) a partir da aproximação ou não daquilo que desejam tornar visível publicamente. Os insumos informativos e o acesso a eles se dá a partir de uma rede relacional que envolve muitos atores (MARTINI; LUCHESSI, 2004, p. 143). “O procedimento de oferecer e receber produz um circuito de informação, que pode ser relevante ou não, mas que circula socialmente” (MARTINI; LUCHESSI, 2004, p. 143 – tradução própria). Tal prática gera suspeitas, adesões e indignação na rede informativa (MARTINI; LUCHESSI, 2004, p. 143). Há a compreensão que o acesso aos fatos e insumos informacionais geram uma disputa direta de hegemonia ((MARTINI; LUCHESSI, 2004, p. 144).

Para ajudar nesta disputa midiática, instituições sociais têm utilizado o trabalho de figuras “especialistas” no funcionamento das regras, interesses e operações do jornalismo. As assessorias de imprensa surgem no Brasil em meados do século XX. Com um forte apelo jornalístico, logo a nova forma de se relacionar com a imprensa e

---

<sup>4</sup> Os dados completos da Operação podem ser visitados em: <http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-lava-jato/atuacao-na-1a-instancia/parana/resultado>

com a sociedade ganha força e passa a ocupar os currículos de graduação dos cursos em jornalismo que despontavam pelo país (CHAPARRO 2008).

As fontes se profissionalizaram na medida em que o processo de apuração das notícias tornou-se institucionalizado. Nesse contexto, as fontes tornaram-se conhecedoras dos processos de produção da notícia (CHAPARRO, 2003). A relação que se estabelece entre as fontes e os jornalistas ocorre em um sentido de busca de espaço para os discursos que são de interesse das fontes e também dos jornalistas encontrarem quem lhes forneça informações para redigir seus textos.

Chaparro (2006) fala em uma “revolução das fontes” ao discutir a presença de sujeitos na produção da notícia. Para ele, o desenvolvimento tecnológico aliado à interação entre fonte e jornalista ao longo do tempo ajuda a reconfigurar o papel do primeiro no trabalho do segundo. O autor explica que a interação entre público e jornalismo não é um fenômeno novo, já que as primeiras trocas entre estes sujeitos ocorriam antes mesmo do surgimento da TV, via cartas, ligações telefônicas ou mesmo entrevistas.

A interação entre instituições sociais e o jornalismo se cristaliza em momentos singulares que envolvem questões históricas, sociais, de troca de interesses e negociação de valores. De maneira específica, um dos locais onde esta relação se materializa é na coletiva de imprensa.

As coletivas de imprensa são utilizadas pelas fontes em casos de esclarecimento de questões consideradas importantes, ou mesmo espaços institucionalizados de contato cotidiano entre instituições e imprensa. São ambientes controlados na perspectiva da intervenção jornalística, e com alto grau de importância para a cobertura noticiosa. Basta perceber o espaço que as produções jornalísticas dão a essas coletivas de imprensa para reconhecer o valor que os jornalistas dão a esses espaços. Estes encontros são repercutidos na agenda midiática e em outras ocasiões chegam a ser transmitidas ao vivo em espaços noticiosos.

O princípio básico para a realização de uma coletiva é o interesse jornalístico naquilo que a fonte tem a dizer. Nenhuma organização ou ator social convoca uma entrevista coletiva sem perceber naquilo que pretende dizer um relativo interesse por parte dos jornalistas. Por outro lado, a posição de dizer algo na coletiva está orientada

por um conjunto de regras e estratégias que de alguma forma conformam aquilo que se diz e também os questionamentos sobre o que foi dito (ou mesmo não dito).

Deve-se considerar que as coletivas de imprensa são espaços interessados de oferta e acesso a conteúdos, na maioria dos casos, previamente determinados. Se são previamente determinados, devemos considerá-los como um “roteiro”, como cada ator social ocupando um determinado papel planejado pelo organizador/roteirista/assessor de imprensa. Se considerarmos que o papel do assessor de imprensa é menos atender as demandas sociais e públicas e sim zelar pela posição social do assessorado, logo, as coletivas seriam a arena de disputa do que realmente é notícia – aqui entendida como um produto de interesse público, no qual o jornalista faz a mediação entre o interesse social e os interesses particulares daqueles envolvidos no fato.

A coletiva de imprensa, naturalmente, não é um espaço em si mesmo. Ela decorre em ações anteriores que a possibilitaram (ou talvez a exigiram) e também de questões de desdobramentos, ou sentidos posteriores construídos a partir da sua realização. Trata-se de um arranjo que resulta de uma negociação processual entre o dizer e o como dizer que se realiza com algumas das características identificadas nas coletivas sobre a Operação Lava Jato.

Entre os participantes que se destacam nas coletivas consideradas neste estudo estão os jornalistas. São a estes sujeitos que as coletivas de imprensa se direcionam. Os jornalistas são atores sociais atravessados por diferentes lógicas (ética, profissional, linha editorial, interesse noticioso e concorrencial) que tentam construir uma narrativa a partir da oferta de informações em um lugar específico, neste caso a coletiva de imprensa.

Ao aceitar participar da coletiva de imprensa, o jornalista, de partida, indica seu interesse em ouvir o que uma fonte (GOMIS, 1991; MARTINI; LUCHESSI, 2004) tem a dizer sobre o assunto em questão. Implicitamente também está a aceitação tácita do funcionamento (método) dessa coletiva. Diferente de uma entrevista aberta, onde o jornalista guia seus interesses à medida que a fonte responde, na coletiva há um protocolo planejado e determinado que orienta como o jornalista pode ou não fazer intervenções.

Outro componente importante desse ambiente é o assessor de imprensa, que embora não apareça de forma declarada na coletiva é o responsável pela “arquitetura” dessa interação. Como sujeito conhecedor das regras de operação jornalística, o assessor é um planejador que define entre outras coisas o horário da coletiva, os jornalistas convidados e o tempo de fala de cada participante.

O assessor de imprensa também funciona como uma espécie de consultor para a fonte que está prestando a coletiva de imprensa. Antes mesmo da realização da coletiva ele oferece contribuições de âmbito midiático para que a fonte possa ter um melhor desempenho durante as respostas aos jornalistas.

Um terceiro participante importante desse dispositivo é a fonte, neste caso os responsáveis pela Operação Lava Jato. São eles que acabam por realizar a coletiva de imprensa. Aquilo que a fonte diz define/ motiva/ gera ou produz questionamentos e como efeito (mesmo que de forma indireta) atua no produto notícia.

Percebe-se que as coletivas de imprensa se revelam um lugar tentativo de diálogo que opera na negociação da posição discursiva de algum ator social/ ou estrutura para o jornalismo. Os movimentos dos envolvidos nestes ambientes se dão no sentido de “modular” o que será ofertado como produto final notícia em diferentes plataformas e enquadrada de formas variadas.

Nem sempre as tentativas dos participantes funcionam de forma esperada, por vezes, na resposta ou uma pergunta um escape ou deslize ao arranjo planejado mostra que a coletiva de imprensa é um lugar de funcionamento planejado, mas com certo grau de imprevisibilidade, que mostra “coisas” que não estavam previstas ou são impossíveis de serem previstas.

#### **4. As coletivas da Operação**

O acompanhamento das coletivas de imprensa realizadas pela Operação Lava Jato de Curitiba possibilitou a identificação de alguns movimentos regulares que estavam presentes nos encontros entre jornalistas e fontes. Esses movimentos foram classificados e serão apresentados a seguir.

Vale lembrar que a Operação ainda está em curso e que a classificação não representa a totalidade das estratégias midiáticas da Operação nem mesmo dos jornalistas que participaram desses encontros. Além disso, destaca-se que este ainda é

um movimento exploratório de aproximação a essas coletivas e que ainda precisa ser amadurecido mediante a utilização de outras técnicas metodológicas de pesquisa<sup>5</sup>.

#### **A) Coletivas de Imprensa como um lugar de passagem (processualidades)**

As coletivas de imprensa da Operação Lava Jato também funcionaram como um espaço de repercussão ou esclarecimentos de questões de diferentes naturezas que não necessariamente diziam respeito ao objeto proposto na coletiva. Aqui fica evidente que o ambiente representa um lugar de passagem/ processualidades de diferentes ordens e não apenas um acontecimento em si mesmo.

As coletivas de imprensa carregam para seu interior situações de outras ordens que não estão restritas ao esclarecimento dos resultados que a deflagração das fases da Operação conseguiu alcançar, mas sim como respostas a questões que surgiram em outros momentos da cobertura noticiosa seja no discurso de outros agentes envolvidos de algum modo na Operação ou mesmo daquilo que pensavam os próprios responsáveis pela investigação sobre diferentes assuntos relacionados à Lava Jato. É possível perceber a revelação (as vezes mais sutis e em outros momentos mais evidentes) de tensionamentos internos (bastidores) da Operação e também críticas/comentários sobre as ações de outras instâncias de poder como o Poder Legislativo Brasileiro.

A condução coercitiva do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, realizada em 04 de março de 2016, durante a 24ª Fase da Operação, consegue ilustrar como a processualidade da relação entre jornalistas e fontes tem operado na Lava Jato. Na ocasião, antes mesmo do início das perguntas dos jornalistas as fontes que estavam na coletiva antecipam respostas sobre o procedimento inesperado contra o ex-presidente. “(Para) Evitar conflitos, polarização pró ou contra” (Lima, C. F. Entrevista Coletiva da 24ª Fase da Lava jato). Já o Delegado Igor Romário de Paula informou, mesmo sem ser perguntado, que a condução do ex-presidente para delegacia da polícia federal do aeroporto de Congonhas foi feita por que: “A Superintendência (da Polícia Federal) em São Paulo tem acesso complicado” (Paula, I.R. 2016, Entrevista Coletiva da 24ª Fase da Lava jato) e isso poderia gerar algum tipo de tumulto durante o depoimento.

---

<sup>5</sup> Entre os próximos movimentos de pesquisa previstos estão um acompanhamento in loco das coletivas da Lava-Jato e a entrevistas que participam destas coletivas.

Ainda tentando esclarecer aquilo que não tinha sido perguntado, as fontes nesta coletiva reiteraram que o depoimento foi feito por meio de condução coercitiva, pois, a antecipação do pedido de depoimento poderia causar confusão pela presença de manifestantes prós ou contra o ex-presidente. Vale lembrar que no mesmo dia da coletiva na sede da Polícia federal de Curitiba na 24º fase da Operação Lava jato, o ex-presidente Lula também prestou uma “entrevista coletiva<sup>6</sup>” na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo depois do seu depoimento à Polícia Federal.

Outro momento que ajuda a ilustrar como as coletivas da Lava Jato representam a processualidade da Operação diz respeito ao suposto vazamento da 35º Fase da Operação que teria sido realizado pelo então Ministro da Justiça, Alexandre Moraes. O caso chamou a atenção dos jornalistas a partir da declaração de Moraes no dia 25 de setembro de 2016, durante sua participação em um evento do Movimento Brasil Limpo<sup>7</sup>. Ele teria declarado “Pode ficar sossegado. Apoio integral à Lava Jato. Tanto que falam, falam, pra você ver, quinta teve uma (fase), sexta teve outra, esta semana vai ter mais. Podem ficar tranquilos”.

A declaração repercutiu na agenda noticiosa um dia antes da deflagração da 35º fase da Operação. Diante da divulgação da informação, as fontes que participaram da entrevista Coletiva sobre a Lava jato prepararam uma nota<sup>8</sup> à imprensa onde se nega que o Ministro da Justiça tinha acesso à informação de que a Operação seria deflagrada. Antes do delegado responsável pelas investigações da Operação Lava Jato, Igor Romário de Paula ler a nota no início da coletiva, o Superintendente Regional da Polícia Federal do Paraná, Rosalvo Pereira Franco informou que a nota será lida e que “não será abordado (sic) na entrevista e nem serão respondidas perguntas sobre a nota”. Durante o tempo de perguntas nenhum jornalista fez perguntas sobre a nota ou mesmo ao suposto vazamento insinuado pela declaração no ministro.

---

<sup>6</sup> Embora tenha sido convocado pela assessoria do ex-presidente como uma coletiva de imprensa, o termo entrevista coletiva foi usado entre aspas devido ao formato em que o evento se desenvolveu, não houve chances de perguntas por parte dos jornalistas de modo que o ato se caracterizou mais como um pronunciamento. Vales destacar ainda que essa “coletiva” ainda não estudada pela pesquisa aqui apresentada.

<sup>7</sup> Grupo de Militantes que tem como foco a discussão sobre a corrupção no país. Embora se declare apartidário, revela proximidade com políticos com perfil ideológico de direita.

<sup>8</sup> A íntegra da nota lida pelo delegado foi publicada pela Polícia Federal e pode ser acessada aqui: <http://www.pf.gov.br/agencia/noticias/2016/09/nota-a-imprensa-35a-fase-da-operacao-lava-jato>



As coletivas de imprensa também operam como ambientes de publicitação e visibilidade de pontos de vista das fontes sobre diferentes assuntos que não estariam em um primeiro momento no foco do acontecimento. Nas coletivas da Lava Jato, as fontes aproveitam o espaço de visibilidade jornalística para inserir impressões/ opiniões sobre projetos que tramitam no Congresso Nacional Brasileiro.

Na 30ª fase da Operação (24/05/2016), por exemplo, o procurador da República, Roberson Henrique Pozzobon explicava o funcionamento do esquema de corrupção que envolvia o motivo da Coletiva quando passou a comentar, sem ser perguntado, sobre projeto de lei 4850/2016, conhecido como “10 medidas contra a corrupção eleitoral”<sup>9</sup>. Neste momento, a coletiva se tornou-se um ambiente de defesa pela aprovação de um projeto de lei e não mais a prestação de informações sobre a fase da Operação.

Na 31ª fase (04/07/2016), Pozzobon voltou a falar do projeto quando argumentavam sobre a necessidade de se enfrentar a impunidade no Brasil:

Precisamos que as duas principais causas da corrupção que foram identificadas na Operação Lava Jato, quais sejam: a crise política e a impunidade sejam enfrentadas com reforma política e com 10 medidas contra corrupção. (Pozzobon, R.H. 2016, Entrevista Coletiva da 31ª Fase da Operação Lava Jato)

Embora represente um ambiente controlado (da perspectiva do que se diz) e até mesmo ensaiado (encenado) por parte das fontes que participam desses eventos as coletivas deixam “escapar” ou fugir do controle situações que ocorrem fora do âmbito formal da entrevista e que acabam ficando visíveis devido a revelação (voluntária ou não) daqueles que são entrevistados.

A 46ª Fase da Lava Jato ilustra como esse relativo descontrole ou mesmo como os bastidores de algo que aconteceu longe dos holofotes da entrevista coletiva são revelados. As diferenças naquilo que seria o regular nestes encontros dão as pistas da existência destes bastidores. Logo no início da entrevista, o protocolo de abertura não identificou o delegado Igor Romário de Paula como delegado chefe da Operação Lava Jato na Polícia Federal, ele é apresentado como delegado de combate ao crime organizado. Além disso, o delegado Felipe Hideo Hayashi utilizou suas considerações iniciais para criticar a procuradora geral da república Raquel Dodge:

---

<sup>9</sup> O projeto reúne 20 propostas de mudança legislativa. Entre as propostas de alteração, o texto prevê penas mais rígidas para crime de corrupção, dificulta a anulação de processos e facilita a recuperação de recursos desviados.

Somos um só time, se jogarmos mal a sociedade perderá. Como chefe da decora, eu entendo que nos precisamos rever o modelo de cooperação entre Polícia Federal e Ministério Público Federal e clamo a uma certa urgência no sentido que a Procuradora Geral da República reveja o posicionamento institucional de exclusão dos delegados da Polícia Federal dos acordos de colaboração premiada. A exclusão dos delegados só favorece o crime organizado (Hayashi, F.H. 2017, Entrevista coletiva da 46º fase da Lava Jato.)

Ainda nesta coletiva, uma jornalista que estava na entrevista coletiva da 46º fase da Operação percebeu que a regularidade foi quebrada e apontou um equívoco de informações entre Ministério Público Federal e Polícia Federal. Ela diz que logo pela manhã, quando as primeiras informações sobre a Operação chegaram aos jornalistas o Ministério Público logo chamou aquela movimentação de “46º Fase da Lava Jato”, mas a Polícia Federal não teria confirmado essa informação. Então a repórter questionou: “Afim é ou não é a 46º Fase da Lava Jato? Polícia Federal e Ministério Público são mesmo um time?” (Novais, D. 2017. Entrevista Coletiva da 46º Fase da Lava Jato).

A declaração do Delegado aliada a outros fragmentos (pistas) deixadas de forma proposital ou não pelos envolvidos na Operação facilitam o entendimento para os jornalistas daquilo que estava acontecendo longe dos microfones da coletiva. Em alguma medida isso ajuda a compreender como as coletivas de imprensa não representam um evento plenamente controlado.

#### **B) Quantidade de perguntas permitidas para cada jornalista:**

De modo geral, as coletivas de imprensa podem controlar o número de perguntas que todos os jornalistas poderão realizar para o entrevistado (fonte). No caso das coletivas da Operação Lava Jato isso não acontece, assim, há uma espécie de liberdade consentida aos jornalistas em realizar a quantidade de perguntas que julgarem necessárias.

O uso do termo “liberdade consentida” se deve a identificação de um constrangimento que os repórteres demonstravam sentir quando percebiam estar “monopolizando” o microfone de perguntas. Não foi possível perceber algum impedimento que aqueles jornalistas que já tenham perguntado em algum momento da coletiva voltem a fazer perguntas.

Essa ausência de regramento na quantidade de pergunta permite que existam grandes discrepâncias no tempo de duração das coletivas. Embora quase metade do

escopo analisado tenha coletivas com tempo médio de 30/40 minutos cada uma, foi possível perceber coletivas com 20 minutos e outras com até 1h 40 minutos.

**C) Demarcação dos assuntos que estão sendo tratados:**

As coletivas de imprensa são motivadas por um assunto de interesse jornalístico, que geralmente cerca as perguntas e as respostas dos entrevistados. Em alguma medida, os participantes desse ambiente mantêm o compromisso de fazer suas considerações levando em conta o recorte estabelecido pelo motivo que gerou a convocação da coletiva. Nas coletivas da Operação Lava Jato é possível perceber que o assunto (motivo) que permite a realização da coletiva é o esclarecimento das informações que envolvem a deflagração de cada uma das 52 fases até aqui.

O assunto de interesse, nestes casos, sempre guarda um apelo factual bastante demarcado. Porém, como as coletivas de imprensa são ambientes complexos, é possível perceber interesse jornalístico em eventos de ordem processual. Em certa medida estes eventos processuais têm relação com os bastidores da Operação ou mesmo com desdobramentos de outras fases que encontram na coletiva de imprensa o lugar para serem questionados pelos jornalistas.

À medida que as fases da Operação se seguem, esse interesse processual aumenta e acaba por se tornar o motivo do surgimento de uma “nova regra” na coletiva. Quando o assessor de imprensa inicia o protocolo de abertura da entrevista, ele já informa que “serão tratados os assuntos que dizem respeito apenas àquela fase da Operação”. Deste modo, os jornalistas são provocados a perguntar exclusivamente sobre a questão factual que possibilitou o encontro com a fonte.

**D) Possibilidade de “réplicas” para as perguntas realizadas:**

Essa característica tem relação com o item “quantidade de perguntas permitidas para cada jornalista”. Trata-se da possibilidade (ou não) do jornalista intervir depois da resposta dada pela fonte. Parece razoável que em cada resposta oferecida por uma fonte, os jornalistas percebam a necessidade de realizar uma nova pergunta, mas nem sempre isso acontece.

Em se tratando de uma entrevista coletiva há a preocupação em contemplar a curiosidade/ dúvida/ questionamento dos demais jornalistas presentes no ambiente.

Deste modo, algumas situações acabam não sendo plenamente esclarecidas ou exigem que o jornalista monopolize a atenção da fonte para conseguir uma resposta satisfatória.

Nos casos acompanhados das coletivas da Lava Jato, os dois movimentos discutidos aqui aconteceram, foi possível perceber ainda um terceiro modelo (tipo) que é quando o próximo repórter faz uma pergunta na esteira daquilo que o colega anterior buscava saber.

**E) Uso/ repetição de “frase de efeito” para tentar agendar o jornalista:**

Recurso estratégico utilizado pela fonte que busca chamar a atenção do jornalista para aquilo que se quer destacar. A repetição de uma informação em diferentes respostas se caracteriza como uma tentativa de destacar algo sobre o todo que se diz. As fontes se utilizam de frases de cunho imperativo para dar intensidade ao seu entendimento sobre os prováveis crimes investigados pela Polícia Federal. Nas coletivas da Lava Jato foi possível perceber que as fontes utilizaram essa estratégia durante a apresentação dos detalhes da fase da operação.

Na 29º fase da Operação, quando o procurador da república Carlos Fernandes Lima, explicava o funcionamento do suposto esquema de corrupção, afirmou: “Temos um deboche da justiça criminal brasileira e dos órgãos de investigação. Hoje esperamos que esse deboche dê lugar ao respeito a justiça que está fazendo o seu papel” (Lima, C.F. 2016, Entrevista Coletiva da 29º Fase da Operação Lava Jato). Ou ainda quando o também procurador da república Roberson Henrique Pozzobon afirmou durante a 31º fase:

O povo brasileiro hoje não aguenta mais que os agentes públicos, os agentes políticos flertem ou namorem ou casem com a corrupção. precisamos que as duas principais causas da corrupção que foram identificadas na operação lava jato, quais sejam: a crise política e a impunidade sejam enfrentadas com reforma política e com 10 medidas contra corrupção. Precisamos mudar esses temas. Somente assim conseguiremos virar a página para um Brasil mais justo. (Pozzobon, R.H. 2016, Entrevista Coletiva da 31º Fase da Lava Jato)

**F) Presença de um “mediador” que coordena a metodologia da coletiva:**

A organização/ arquitetura do funcionamento das coletivas de imprensa se dá a partir da figura de um assessor de imprensa. É esse sujeito que oferece as condições de funcionamento dessa interação entre jornalistas e fontes. É o assessor de imprensa que também realiza a tarefa de iniciar, encerrar, pausar e impedir a realização da coletiva.

Trata-se de uma espécie de organizador, sem o qual, o evento não seria possível de acontecer.

Nas coletivas da lava jato, a assessoria de imprensa realiza o envio de releases com as principais informações da Operação além de agendar/ organizar operacionalmente a realização e transmissão (via plataforma streaming<sup>10</sup>) da coletiva. Durante a realização da coletiva, o assessor é responsável pelo protocolo de abertura, quando apresenta os integrantes da coletiva, pela distribuição do microfone aos jornalistas na hora de realizar as perguntas<sup>11</sup> e também pelo encerramento da coletiva.

#### **G) Qualificação da disponibilização da coletiva:**

Um último ponto que merece ser destacado é a qualificação das estratégias midiáticas de visibilidade da Operação Lava Jato. Embora a transmissão (via plataforma streaming) das coletivas tenha sido identificada desde a primeira fase, ainda em 2014, a qualidade técnica dessas gravações passa por transformações ao longo do tempo.

Inicialmente há muitos problemas de áudio e sequer é possível ouvir as perguntas dos jornalistas nas coletivas. É possível perceber também problemas de captação do vídeo (em alguns casos somente o áudio da coletiva conseguiu ser gravado) devido a problemas com a conexão com a internet. O uso de um tripé de mesa, para posicionar o celular que realiza a transmissão também é algo que passou por modificações ao longo da Operação.

Depois de algumas coletivas, é possível perceber a melhoria desses problemas. O áudio dos jornalistas começa a ser ouvido na gravação quando o assessor de imprensa resolve pedir que os jornalistas fizessem suas perguntas somente diante do microfone. O tripé de mesa é substituído por algo (possivelmente outro tripé) fora da mesa, o que melhora o enquadramento das fontes que estão prestando informações.

Além destas marcações, o posicionamento de todas as fontes na mesa da coletiva passa também (no início) por um processo de negociação e mais adiante encontra uma

---

<sup>10</sup> A Transmissão é feita por meio do aplicativo Google Hangouts diretamente no cal da Superintendência regional de Polícia Federal do Paraná.

<sup>11</sup> Essa ação ainda precisa ser melhor explorada, uma vez o vídeo disponível no canal da PF no youtube só é possível perceber que o assessor promove a passagem do microfone de um jornalista para outro, mas não é possível ter mais detalhe de como essa operação ocorre e sob que lógicas ele opera essa distribuição.

regularidade. Assim como a ordem de fala e quem é responsável por determinados tipos de respostas.

Essas mudanças revelam que as estratégias midiáticas não estão prontas à espera dos seus participantes da coletiva, mas precisam ser apropriadas por eles. Certamente, além dos indícios deixados neste item, existem outros que precisam ser explorados, como as estratégias de convocação para a coletiva e até mesmo os momentos depois das coletivas, porém essas outras percepções serão trabalhadas em outros momentos da pesquisa.

## 5. Considerações Finais

Este texto buscou identificar alguns dos principais movimentos realizados pelos atores que participam das entrevistas coletivas da Operação Lava Jato. O desafio, ainda posto, necessita de novas “investidas” de pesquisa. Em um primeiro momento buscou-se assistir todos os vídeos das entrevistas coletivas disponíveis na internet (via canal oficial da Polícia Federal) e descrever as primeiras impressões sobre o material. Os próximos passos envolvem a continuidade do acompanhamento das entrevistas coletivas (de forma presencial) e também a entrevista com jornalistas e fontes que participaram dessa interação.

Até aqui, percebe-se que as entrevistas coletivas indicam as estratégias adotadas por fontes em momentos de alto apelo noticioso e que ganham destaque/ atenção dos jornalistas por conta desse apelo. Além do objeto proposto em uma coletiva de imprensa, o ambiente revela informações de outras ordens, seja pelo interesse da própria fonte ou de forma involuntária pelas “pistas” deixadas por esses atores.

## Referências

BRAGA, José Luiz. Capítulo 1. “**Dispositivos Interacionais**” In: Braga, José Luiz et al. *Matri- zes Interacionais - a comunicação como modo de produção do social*. 2017 no prelo.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Cem anos de assessoria imprensa**. IN: **DUARTE, J. (org.) Assessoria de Imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica**. São Paulo: Atlas, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Entrevista dada à revista Ornicar? “Sobre a história da sexualida- de”**. In: *Microfísica do Poder*. Editora Paz e Terra, 1994.

GOMIS, Lorenzo. **Teoría del periodismo: como se forma el presente**. Buenos Aires: Paidós, 1991.

MARTINI, Stella; LUCHESSI, Lila. **Los que hacen la noticia: periodismo, información y poder**. Buenos Aires: Biblos, 2004.

PONTES XAVIER, Monalisa. Capítulo 12. **“Dispositivos psi mediados: a coluna Vida Íntima”**. In: Braga, José Luiz et al. *Matrizes Interacionais - a comunicação como modo de produção do social*. 2017 no prelo.

RABELO, Leon. Capítulo 4. **“Assange, Snowden, Greenwald”**. In: Braga, José Luiz et al. *Matrizes Interacionais - a comunicação como modo de produção do social*. 2017 no prelo